

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO NORTEADOR DO TRABALHO PEDAGÓGICO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL EM ANGICOS/RN

Maria Edilânzia Alves Damascena¹

Helen F. de Lima²

Jose Araujo Amaral³

RESUMO

Este trabalho parte de uma abordagem qualitativa para tratar do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma Escola Municipal em Angicos/RN. Tem como principal objetivo fazer uma análise crítica do referido Projeto, verificando em que medida o documento norteia o cotidiano do trabalho pedagógico e o nível de conhecimento dos professores sobre este documento. Para tanto, recorre a uma visão crítica a partir do diálogo com diversos autores por meio de uma revisão bibliográfica. No primeiro momento, faz um breve relato de como alguns pesquisadores da temática tratam do assunto. Na sequência, indica e reflete sobre a estrutura do PPP da Escola pesquisada, destacando os elementos mais importantes. Por fim, apresenta as perspectivas dos docentes da escola a respeito do referido documento.

Palavras-chave: documento norteador; projeto político-pedagógico; análise documental; PPP.

POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT AS A GUIDING INSTRUMENT OF SCHOOL PEDAGOGICAL WORK: A CASE STUDY IN A MUNICIPAL SCHOOL IN ANGICOS/RN

ABSTRACT

This work starts from a qualitative approach to deal with the Political-Pedagogical Project of a Municipal School in Angicos/RN. Its main objectives are to carry out a critical analysis of the aforementioned Project, checking to what extent the document guides the daily pedagogical work and the level of knowledge of teachers about it. To this end, it uses a critical view based on dialogue with various authors (bibliographical review). Firstly, it gives a brief account of how some researchers on the subject deal with the subject. Next, it indicates and reflects on the structure of the PPP of the School researched, highlighting the most important elements. Finally, it presents the perspectives of the school's teachers regarding the aforementioned document.

Keywords: Guiding document; Political-pedagogical project; Document analysis; PPP.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2003) e especialista em Especialização em Educação e Contemporaneidade pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2016). Atualmente é Professora da Secretaria Municipal de Educação de Angicos/RN.

E-mail: edilanziaalves@gmail.com

² Mestre e graduada em História pela UNESP e graduada em Pedagogia pela UNICESUMAR. Professora do Departamento de Educação/UERN, coordenadora pedagógica do Colégio Mater Christi e Desing Educacional da equipe pedagógica da DEAd/UAB/UERN. Email: helenlima@uern.br

³ Graduado em Ciências biológicas pelo IB/USP. Mestre e doutor em biotecnologia pelo ICB/USP/I. Butantan.

Professor e orientador no programa de mestrado profissional em Educação Profissional (ProfEPT). Email:

jose.amaral@ifrn.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394/1996, determina por meio do Art. 12 que os estabelecimentos de ensino devem elaborar as suas respectivas propostas pedagógicas. Ainda segundo o Art. 13 da mesma Lei, tal elaboração deve contar com a participação dos docentes dos referidos estabelecimentos (BRASIL, 1996).

Dessa maneira, a partir da reforma educacional promovida pela atual LDBEN, as instituições de educação passaram a considerar a elaboração da proposta pedagógica como prioridade, tanto na perspectiva de atendimento do dispositivo legal quanto pela oportunidade de consolidar processos democráticos no âmbito escolar, uma vez que a participação dos docentes também se constitui em uma exigência da Lei n. 9.394/1996.

Nesse sentido, é preciso compreender que, de maneira geral, no contexto educacional brasileiro, se fortalece o discurso por uma Educação que não apenas permita o acesso aos estabelecimentos escolares a toda a população, mas que isso ocorra na perspectiva da qualidade, garantindo a permanência e o êxito dos estudantes. Assim, ganha cada vez mais destaque a gestão democrática como norteadora do trabalho escolar (PARO, 2007).

É importante frisar ainda que no final da década de 1990, período em que a proposta pedagógica pautada em um Projeto Político-Pedagógico (PPP) se fortalece, o Brasil é cenário de políticas neoliberais, que minimizam o papel do Estado e valorizam as iniciativas privadas. Para Batista (2012), tal conjuntura repercute na educação, que nessa perspectiva “[..] deveria formar para a cidadania, para a personalidade solidária e democrática, para atender as exigências do mercado globalizado, buscando eficiência e eficácia do sistema.” (BATISTA, 2012, p. 50). O destaque que ora realizamos é para que se evidenciem que os processos de construção das propostas pedagógicas, mesmo que priorizem o fortalecimento de aspectos democráticos, não estão isentos do contexto político, econômico, social, cultural e ideológico no qual estão inseridos.

Gadotti (1998) afirma que num contexto pós-moderno e pós-industrial, cujo destaque é a globalização da economia e das comunicações, além do pluralismo político, entre outros elementos, “[...] cresce a reivindicação pela participação, autonomia e contra toda a forma de uniformização; cresce também o desejo de afirmação da singularidade de cada região, de cada língua etc.” (GADOTTI, 1998, p.15). Para o mesmo autor, “[...] nunca nossas escolas discutiram tanto autonomia, cidadania e participação” (Ibidem).

Para Veiga (2003), a construção do Projeto Político-Pedagógico precisa estar em consonância com as necessidades sociais e culturais da nossa sociedade, sendo direcionado

pelo objetivo de melhorar a qualidade da educação pública brasileira. No entanto, para a mesma autora existem diferentes perspectivas de construção desse projeto que repercutem nos seus resultados.

Tal autora ainda indica que a elaboração do PPP pode se construir na perspectiva da inovação regulatória ou técnica cuja orientação passaria pela preocupação com a padronização, controle burocrático, uniformização e pela centralização de planejamento, o que implicaria numa aplicação meramente técnica (VEIGA, 2003).

Por outro lado, a autora também destaca a possibilidade do PPP ser construído na perspectiva da inovação emancipatória ou edificante, cuja pretensão é “[...] maior comunicação e diálogo com os saberes locais e com os diferentes atores e realiza-se em um contexto que é histórico e social, porque é humano.” (VEIGA, 2003, p. 274). Assim, o Projeto Político-Pedagógico, num viés emancipatório e edificante, ultrapassa a simples aplicação técnica e reprodução acrítica, constituindo-se em:

[...] um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos. (Idem, p. 275)

Portanto, é de extrema relevância pesquisar sobre os processos referentes ao PPP nas escolas públicas brasileiras para que possamos compreender qual a perspectiva em que o documento está contemplado na realidade escolar. Nessa direção, optamos por investigar uma escola de Ensino Fundamental do Município de Angicos, interior do Rio Grande do Norte.

Frente ao exposto, o trabalho tem como objetivos: Projeto político pedagógico da escola supracitada, em Angicos/RN, verificar o nível de conhecimento dos professores desta Escola sobre diversos aspectos norteadores do Projeto Político-Pedagógico institucional e em que medida o PPP norteia o cotidiano do trabalho pedagógico escolar.

2 METODOLOGIA

Conforme já afirmamos, a pesquisa será realizada em uma escola de Ensino Fundamental do Município de Angicos, interior do Rio Grande do Norte, constituindo-se em um estudo de caso, pois a temática proposta requer uma análise profunda e não fragmentada. O estudo de caso foi escolhido como opção metodológica em virtude de se tratar de uma

investigação realizada sobre um caso particular, mas que pode também ser considerado como representativo de casos análogos, além da possibilidade de se especular generalizações (SEVERINO, 2007). De acordo com Gressler (2007), na modalidade de investigação, o caso não é concebido de maneira isolada, fragmentado em partes, pois percebe-se a unidade e a maneira como os elementos estão inter-relacionados. Ainda, segundo o autor, o estudo de caso “baseia-se em uma variedade de fontes de informação e procura englobar os diferentes pontos de vista presentes numa situação.” (p. 61).

A pesquisa foi desenvolvida na perspectiva da abordagem qualitativa, pois, conforme Minayo (2014, p. 24), “[...] o universo das investigações qualitativas é o cotidiano e as experiências do senso comum, interpretadas e re-interpretadas pelos sujeitos que as vivenciam”. Dessa forma, a abordagem qualitativa não se atém a números e variáveis, embora também possa fazer uso destes, mas considera, principalmente, a história, as relações, as representações, crenças, interpretações humanas sobre uma determinada realidade (Idem).

Utilizamos como procedimentos de pesquisa a revisão bibliográfica, a análise documental e a aplicação de questionário (Anexo I) com perguntas semi-estruturadas realizadas com professores da escola objeto de nossa investigação. É importante destacar que a análise documental se constituiu em etapa fundamental do trabalho, pois permitiu investigar um documento primário, que não possui um estudo sistematizado, uma análise científica sobre ele (OLIVEIRA, 2016). Cabe esclarecer que embora ainda não concluído, esse documento possibilita a compreensão registrada pelo grupo em relação ao objeto de estudo. Também convém ressaltar que esse PPP se encontrava em sua fase inicial, consistindo-se no texto base para a discussão entre os membros da citada escola.

Assim, organizamos o desenvolvimento do trabalho em três seções. No primeiro momento discutimos o que estudiosos da temática apresentam sobre a concepção e a estrutura de um Projeto Político-Pedagógico. Em seguida, tratamos do PPP no âmbito específico da escola mencionada. Por último, apresentamos os resultados da pesquisa com professores realizada na referida escola, analisando os dados para, por fim, apresentar as nossas considerações finais.

Dessa forma, pretendemos contribuir com as discussões sobre a elaboração e implementação dos Projetos Políticos-Pedagógicos a partir da realidade de uma escola de um pequeno município, localizada no interior de um estado nordestino brasileiro, cuja semelhança estrutural com tantas outras escolas pode colaborar ainda mais para o aprofundamento sobre a temática e a realização de novos estudos.

3 ANÁLISE DOS DADOS/ RESULTADOS OBTIDOS

3.1 Projeto Político-Pedagógico: da concepção à construção

Antes de partirmos para a concepção de PPP que estudiosos da temática desenvolveram, é preciso esclarecer que a denominação do referido projeto varia um pouco, inclusive a LDB trata do assunto como proposta pedagógica. Neste estudo, optamos pelo termo Projeto Político-Pedagógico por entendermos que abrange os aspectos que gostaríamos de ressaltar e que serão discutidos com mais profundidade na sequência. Porém, quando nos referirmos aos estudos já desenvolvidos, utilizaremos a nomenclatura que os autores abordados mais usam.

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 484), “[...] o projeto pedagógico-curricular é o documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar, tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos.” Conforme esses autores, o projeto se justifica pelo fato de que no ambiente escolar é preciso ter explícitas quais as práticas pedagógicas assumidas pelo estabelecimento de ensino, de forma que o projeto pedagógico-curricular expresse as aspirações e interesses coletivos. Outro ponto a justificar a existência desse documento é o de que as práticas participativas possibilitadas pelo projeto, ou seja, o trabalho coletivo, é intrínseco a natureza do trabalho pedagógico, requerendo unidade de ação e estabelecimento de processos de tomada de decisão. Ainda para os mesmos autores, a elaboração do projeto pedagógico-curricular é o momento de prática educativa, constituindo-se em espaço de formação. Além disso, o projeto reflete a autonomia da equipe escolar, pois:

Realizar um trabalho coletivo significa conseguir que o grupo de educadores tenha pontos de partida (princípios) e de chegada (objetivos) comuns, envolve sistema e práticas de gestão negociadas, unidade teórico-metodológica no trabalho docente, sistema explícito e transparente de acompanhamento e avaliação (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 485).

Nessa perspectiva, o Projeto Político-Pedagógico é espaço de sistematização, aprimoramento das práticas participativas, formativo e de construção da autonomia, além de consolidar os interesses coletivos.

Gadotti (1998) defende que o PPP parte do que já é instituído, do que já foi construído ao longo da história escolar, do currículo existente e dos métodos, dos participantes internos e externos para, então, instituir outras propostas. O autor também ressalta ser essencial que o projeto tenha um viés político, um rumo, e, desse modo, todo projeto pedagógico deve ser também político.

Para Vasconcelos (2012), o Projeto Político-Pedagógico pode ser também chamado, entre outras formas, de Projeto Educativo. Para o autor, o PPP é:

[...] o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definida, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (Idem, p. 169).

O autor destaca o caráter inconcluso do PPP no sentido de um constante repensar sobre a prática educativa. Outro elemento importante diz respeito ao entendimento de que este documento pode ser um instrumento de intervenção na realidade na perspectiva da transformação. “Construído participativamente, é uma tentativa, no âmbito da educação, de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento” (Ibidem).

Também reconhecendo a importância do Projeto Político-Pedagógico enquanto instrumento norteador das práticas cotidianas das escolas, encontramos os estudos de Batista (2012), que também o considera como documento teórico-prático de grande relevância, veículo que pode garantir a gestão democrática e a participação dos sujeitos envolvidos nos processos educativos.

Veiga (1995) defende que o PPP deve superar a ideia de agrupamento de planos de ensino e de atividades, que vá além do simples atendimento burocrático, ao contrário, deve ser construído por todos os que participam do processo educativo. Nas palavras da autora: “o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente” (VEIGA, 1995, p.13).

Nesse sentido, a autora defende a denominação que utiliza:

[...] todo projeto pedagógico da escola, é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. [...] Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Dessa forma, compreendemos que a denominação mais adequada para esse instrumento é a de Projeto Político-Pedagógico, pois é a terminologia que melhor contempla as dimensões e abrangência dessa proposta. Com base em Veiga (1995), político e pedagógico são indissociáveis, constituindo-se em uma relação recíproca.

Assim, todos os autores pesquisados afirmam que o PPP é de grande relevância no âmbito escolar, constituindo-se em norteador do trabalho pedagógico em seu cotidiano.

De acordo com Veiga (1995), o Projeto Político-Pedagógico relaciona-se com a organização da prática pedagógica em dois níveis: “[...] como organização do trabalho da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão da totalidade” (VEIGA, 1995, p.14). Dessa maneira, trata-se de um exercício de articulação das partes com o todo e do todo com as partes, de forma permanente e coletiva.

Vasconcelos (2012) chama a atenção para o fato comum de que nas escolas as demandas são tantas, e as dificuldades também, que gestores e professores são consumidos pelas urgências do cotidiano. Para o autor, o Projeto Educativo não pode ser entendido como mais uma tarefa, ao contrário, é uma possibilidade de ressignificação das ações dos agentes da escola.

Vasconcelos (2012) também defende que a importância do PPP sob a ótica do planejamento participativo está: no rigor (qualidade formal), que possibilita o referencial teórico-metodológico necessário ao enfrentamento das dificuldades do cotidiano a partir da reflexão e sistematização; na participação (qualidade política) que garante a oportunidade de que todos os agentes se expressem; na ética, que assume o projeto como fruto da coletividade, de responsabilidades compartilhadas; na autonomia, como uma conquista escolar; e na diferenciação entre Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar, sendo este último uma exigência da legislação para o funcionamento da instituição e que deve ser realizado posteriormente ao Projeto.

Para tanto, reforçamos a importância do PPP como instrumento norteador para as instituições educacionais, mas, também, reconhecemos a complexidade nos processos de construção e implementação, pois sabemos que os processos de gestão participativa são recentes na história da educação brasileira.

Diante das dificuldades que podem surgir durante a elaboração e implementação do PPP, alguns estudiosos da temática indicam orientações. Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) sugerem que sejam considerados os pontos a seguir: princípios, concebidos como pontos de partida comuns entre os participantes, considerando a função social da escola e os aspectos sociais, pedagógicos e políticos envolvidos em seu fazer; objetivos ou pontos de chegada comuns, pensados a partir de um diagnóstico; sistema e práticas de gestão negociadas e acordadas entre os participantes, possibilitando o compartilhamento de responsabilidades, acompanhamento do trabalho, bem como sua avaliação; unidade teórico-metodológico no

trabalho pedagógico-didático que deve ser assegurada pela coordenação pedagógica, sendo também requisito para o trabalho interdisciplinar; e um sistema claro e transparente de acompanhamento e avaliação tanto do projeto quanto das demais atividades da escola.

As considerações realizadas por Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) indicam, mais uma vez, a importância de todos os sujeitos que atuam na escola que se propõe a construir um Projeto Político-Pedagógico comungarem dos mesmos objetivos e compartilhem as responsabilidades. Nesse sentido, é preciso construir um caminho claro a ser seguido durante a elaboração do PPP.

Vasconcelos (2012) apresenta um quadro síntese da estrutura de um Projeto Educativo da Equipe Latino-Americana de Planejamento, sediada no Chile, pela perspectiva nacional do Professor Danilo Gandin.

Quadro 1: Partes Constituintes do Projeto Político-Pedagógico

Marco Referencial	Diagnóstico	Programação
O que queremos alcançar?	O que nos falta para ser o que desejamos?	O que faremos concretamente para suprir tal falta?
É a busca de um posicionamento <ul style="list-style-type: none"> • Político: visão do ideal de sociedade e de homem; • Pedagógico: definição sobre a ação educativa e sobre as características que deve ter a instituição que planeja. 	É a busca das necessidades, a partir da análise da realidade e/ou do juízo sobre a realidade da instituição (comparação com aquilo que desejamos seja).	É a proposta de ação. O que é necessário e possível para diminuir a distância entre o que vem sendo a instituição e o que deveria ser.

Fonte: Vasconcelos (2012, p. 170)

Segundo Vasconcelos (2012), o PPP está estruturado em três partes que devem se articular. A primeira delas constitui-se no marco referencial. Para Vasconcelos (2012, p. 182):

O Marco Referencial é a tomada de posição da instituição que planeja em relação à sua identidade, visão de mundo, utopia, valores, objetivos, compromissos. Expressa o 'rumo', o horizonte, a direção que a instituição escolheu, fundamentado em elementos teóricos da filosofia, das ciências, da fé. Implica, portanto, opção e fundamentação.

Ainda de acordo com Vasconcelos (2012) o Marco Referencial (MR) é construído sob três bases: o Marco Situacional, o Marco Filosófico ou Doutrinal e o Marco Operativo.

O Marco Situacional refere-se a uma visão geral da realidade na qual a instituição está localizada, destacando tanto os aspectos positivos quanto negativos. Dalmás (1994), aponta que o Marco Situacional é “[...] parte do planejamento que descreve a realidade em que se vive e trabalha. Realidade no sentido global e local, em seus aspectos econômicos, políticos, sociais, religiosos, culturais” (DALMÁS, 1994, p. 31).

O Marco Filosófico (MF) ou doutrinal refere-se ao que se deseja para o homem, para a educação e para a sociedade, uma utopia assumida pelo grupo de elaboradores, onde se quer chegar, uma realidade a ser construída. Para Vasconcelos (2012), a construção do MF oportuniza a explicitação das concepções que os sujeitos participantes têm a respeito dos itens já elencados (ser humano, educação, sociedade), colaborando para a consolidação de um consenso mínimo.

Sobre o Marco Operativo (MO) Dalmás (1994), defende que é “[...] a tomada de posição do grupo de planejamento, em relação à linha de ação a ser assumida, para provocar as transformações da comunidade e da sociedade” (DALMÁS, 1994, p. 32). Assim, o Marco Operacional trata das ações a serem concretizadas.

Retomando os três pilares do PPP, no entendimento de Vasconcelos (2012), a segunda parte constituinte do Projeto é o Diagnóstico, mas o autor não compreende o diagnóstico, no âmbito do PPP, como um mero levantamento de dados da realidade. A defesa é de que:

O Diagnóstico é a parte de um plano que profere um juízo sobre a instituição planejada em todos ou em alguns aspectos tratados no Marco Operativo (que descreveu o modo ideal de ser, de se organizar, de agir da instituição), juízo este realizado com critérios retirados do mesmo Marco Operativo e, sobretudo, do Marco Doutrinal. (...) O Diagnóstico é o resultado da comparação entre o que se traçou como ponto de chegada (Marco Referencial) e a descrição da realidade da instituição como ela se apresenta (GANDIM, 1983 *apud* VASCONCELOS, 2012, p.188).

Dessa forma, para o autor, o diagnóstico requer as tarefas de conhecer a realidade, julgar a realidade em função do referencial que o grupo assumiu e localizar as necessidades, ou seja, identificar o que falta para que a instituição seja o que se propôs (VASCONCELOS, 2012).

Por fim, o PPP deve indicar a Programação, que consiste em “[...] um conjunto de ações concretas assumido pela instituição, naquele espaço de tempo previsto no plano, que tem por objetivo superar as necessidades identificadas”. (VASCONCELOS, 2012, p. 194).

Diante do exposto, corroboramos com Veiga (1995), ao afirmar que o PPP não deve ser concebido como apenas um rearranjo formal da instituição escolar, mas um instrumento norteador construído a partir de um processo qualitativo. Nessa perspectiva, Veiga (1995) defende quais princípios a serem considerados durante a elaboração do documento. São eles: a

igualdade de acesso e permanência na escola; a qualidade educacional, tanto técnica quanto política; a gestão democrática; a liberdade vinculada à autonomia; e a valorização do magistério, o que inclui a formação continuada.

Dentre os princípios elencados por Veiga (1995) destacamos a gestão democrática por entendermos que sem processos democratizantes a proposta de qualquer Projeto Político-Pedagógico torna-se inviável, pois requer sumariamente altos graus de participação e compartilhamento das tomadas de decisões. Para a autora:

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. (VEIGA, 1995, p.18)

A gestão democrática somente ocorre por meio do envolvimento de todos, na compreensão de que é preciso participar dos processos decisórios, o que não se limita a dimensão administrativa da escola, mas também a pedagógica e financeira.

Nesse sentido, o processo de elaboração do PPP pode desempenhar um papel de consolidação da gestão democrática, pois a medida que possibilita a organização de um planejamento participativo numa dinâmica mais horizontalizada, permite a percepção de que novas relações (de poder) também são viáveis. Assim, convém reforçar que o planejamento que se identifica como participativo deve envolver os indivíduos da elaboração ao acompanhamento e avaliação do Projeto, bem como considerá-los enquanto sujeitos de um processo coletivo e que visa tanto o desenvolvimento individual quanto do grupo. (DALMÁS, 1994).

Portanto, o processo de construção do Projeto Político-Pedagógico é um importante instrumento para a consolidação de uma educação de qualidade, que contempla os princípios constitucionais e os anseios da sociedade, mas que não se esgota nesta etapa. É preciso acompanhar e avaliar a implementação do PPP para que os ajustes necessários sejam realizados e, de fato, seja um norte para a prática pedagógica, pois do contrário, corre o risco de ser apenas um documento de atendimento a legislação vigente.

3.2 O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal objeto desse estudo

Com o intuito de averiguar se o PPP se constitui em um instrumento norteador do trabalho pedagógico, optamos, conforme já mencionado, em investigar a realidade de uma

escola do Ensino Fundamental. A instituição escolhida se deve ao fato de que uma das autoras deste trabalho é docente no referido estabelecimento de ensino, o que facilitaria tanto o acesso ao material documental quanto a realização de entrevistas com os colegas de trabalho. Deste modo, nesta seção, discutiremos o projeto ainda em construção da citada escola. No entanto, antes de nos atermos à análise documental, é importante realizar alguns esclarecimentos tanto sobre a instituição quanto ao município no qual está localizada.

A Escola supracitada se situa no município de Angicos, localizado na região central do Estado do Rio Grande do Norte, no sertão nordestino. O município possui uma área territorial de 741,578 km², com uma população residente de 11.549 pessoas, tomando os dados do censo de 2010, e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM-2010) de 0,624, considerado mediano. A principal ocupação econômica do município é a agropecuária, com destaque para a produção de algodão. (IBGE, 2012).

Segundo dados do IBGE, o município possui, no ensino fundamental e em referência ao ano de 2012, duas escolas da rede privada, três escolas da rede estadual e cinco da rede municipal, dentre as quais destacamos a Escola Municipal Professora Maria Odila.

A Escola Municipal está localizada no bairro centro do município de Angicos, no entanto, atende tanto alunos da zona urbana quanto da rural. Sua oferta educacional vai do 1º ao 9º ano do ensino fundamental e seus alunos estão na faixa de idade entre 6 e 14/15 anos, embora existam alunos que estão acima dessa faixa. O turno noturno atende estudantes de Educação de Jovens e Adultos relativa ao ensino fundamental. A estrutura física da escola consiste em onze salas de aula com uma biblioteca, uma sala para reuniões/palestras/encontros, uma sala de coordenação e diretoria que também atende aos professores, uma sala de secretaria escolar e administração financeira, ampla área externa, uma cozinha, um laboratório de informática e banheiros para uso dos estudantes.

Os recursos humanos da Escola constituem-se em: um gestor escolar, um vice diretor, um secretário, um auxiliar de secretaria, um digitador, três coordenadores pedagógicos, três auxiliares de serviços gerais, dezenove professores e professoras que são distribuídos entre as turmas do 1º ao 9º ano do ensino fundamental e turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) também do ensino fundamental.

O projeto Político-Pedagógico da Escola em estudo estava, no período de realização desta pesquisa (2016), passando por uma reconstrução, pois as mudanças no quadro funcional bem como na própria dinâmica escolar impõem uma revisão constante desse processo.

Dessa forma, é importante atentar que o objeto de nossa análise ainda não é a versão final do referido documento escolar. Conforme já destacamos, o documento está na fase inicial

de elaboração, durante a elaboração do texto base e das primeiras discussões. No entanto, optamos por realizar a investigação mesmo não contando com um documento acabado por entendermos que a pesquisa sobre o PPP ainda no decorrer de sua elaboração nos forneceria elementos relevantes para as discussões sobre a temática, além de possibilitar uma melhor visão a respeito do envolvimento coletivo dos sujeitos que atuam no âmbito da citada escola.

O processo de reconstrução do PPP conta com a coordenação da diretora escolar bem como, com as supervisoras, os demais integrantes da escola também foram convocados a participarem de reuniões, principalmente durante os sábados letivos, para discutirem a reconstrução do PPP. Até o momento da finalização deste trabalho não foram registradas participações dos discentes ou dos pais de alunos. Todavia, houve a comunicação de que tal convite seria realizado quando o PPP já estivesse mais adiantado, numa espécie de versão preliminar para aprovação.

O PPP é apresentado como um instrumento norteador do trabalho pedagógico, que deve proporcionar a todos (pais, alunos, professores e demais funcionários) diálogo e reflexão sobre a organização escolar “[...] com vistas a eliminar as competições, baseado numa visão democrática da escola e da sociedade, onde a qualidade, a igualdade e a liberdade, serão necessárias para a formação de um cidadão ético e empoderado.” (Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal 2016, p. 09 – versão preliminar).

De início percebemos que a proposta de elaboração coletiva do Projeto entre todos os segmentos da escola não foi contemplada, o que implica numa fragilidade para um processo que requer como um dos princípios a efetiva participação. Além disso, sem a atuação em todas as discussões, como a comunidade vai contribuir para a reorganização escolar? São reflexões que devemos nos fazer diante do referencial teórico apresentado anteriormente, mas que não deve promover nenhuma precipitação na investigação, tendo em vista que se trata de um processo em construção.

O Projeto que é objeto de nosso estudo encontra-se estruturado em três partes: Marco Situacional; Marco Conceitual e Marco Operacional.

O Marco Situacional realiza a identificação da escola, bem como faz a sua caracterização, incluindo uma apresentação da estrutura física. Também localiza a escola no bairro e no município de Angicos, explorando ambos com dados históricos. Outra apresentação contemplada no Marco situacional refere-se a dos elementos humanos, especificando a formação de cada um dos servidores da instituição. Por fim, o Marco apresenta um breve histórico do ensino fundamental e EJA no contexto brasileiro, explicando os dispositivos legais da atualidade que regem a dinâmica escolar.

É importante destacar que, conforme Dalmás (1994), o Marco Situacional deve contemplar os elementos da realidade tanto local quanto global, considerando os aspectos econômicos, sociais, culturais, entre outros. Nesse sentido, percebemos um esforço no PPP da escola em questão, mas que deve ser aprofundado, principalmente em relação aos aspectos positivos e negativos da escola.

O segundo Marco é o Conceitual, que inicia apresentando a concepção de ensino fundamental e EJA:

[...] como espaço para a construção coletiva de novos conhecimentos sobre o mundo, na qual a sua proposta pedagógica permite a permanente articulação dos conteúdos escolares com as vivências e as indagações da criança e do jovem sobre a realidade em que vivem.

Podemos considerar os processos interativos, a cooperação, o trabalho em grupo, a arte, a imaginação, a brincadeira, a mediação do professor e a construção do conhecimento em rede como eixos do trabalho pedagógico voltado para o desenvolvimento da criança e do jovem visando à constituição do sujeito solidário, criativo, autônomo, crítico e com estruturas afetivo-cognitivas necessárias para operar sua realidade social e pessoal. (Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Professora Maria Odila, 2016, p. 23 – versão preliminar).

Destaca também o perfil dos estudantes, incluindo dados quantitativos sobre gênero, idade, taxas de reprovação, evasão e atendimento a alunos com necessidades educativas especiais. No entanto, este item não está atualizado, não permitindo uma análise dos referidos dados. Registrou-se, ainda, quanto ao atendimento de estudantes com necessidades educativas especiais, a importância de aprimorar o referido atendimento, reconhecendo limitações estruturais e humanas para uma efetiva inclusão.

O Marco Conceitual também aponta os princípios norteadores da ação didático pedagógica na perspectiva da formação institucional do sujeito, sendo eles: aprender a conhecer (aprender a aprender); aprender a fazer, ou seja, a apropriar-se desse conhecer; aprender a viver junto, constituindo a socialização do conhecer e do fazer; e aprender a ser cidadão, consistindo numa identidade como agente de sua realidade e com responsabilidade social. (Projeto Político-Pedagógico da escola, 2016. Versão preliminar). Tal proposta está amparada em DELORS (2000), que defende a educação fundamentada em quatro pilares conforme apontado no documento e que se constituem em saberes a serem aprendidos pelos estudantes.

O Marco Conceitual da Escola em estudo também apresenta a visão de futuro e a missão da escola. Sobre esses itens destacamos a perspectiva de que o trabalho pedagógico parta das necessidades estudantis, considerando o contexto em que vivem, os processos democráticos e a inclusão social, entre outros elementos voltados a formação de sujeitos ativos que exerçam a cidadania.

Na sequência o Marco apresenta a estrutura organizacional e curricular, concebendo o currículo como “[...] valores, conhecimentos, vivências, experiências, ações desenvolvidos e veiculados pela e/ou na escola, explícita ou implicitamente.” (Projeto Político-Pedagógico da Escola 2016, p. 33 – versão preliminar). Dessa forma, a compreensão de currículo exposta no documento nega a simples listagem de conteúdos e avança na perspectiva interdisciplinar, mas também reconhece as diretrizes legais que orientam o trabalho escolar nesse aspecto, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) e demais Diretrizes Curriculares, inclusive com discussões sobre a construção da Base Nacional Curricular Comum. Também afirma que os temas considerados mais relevantes para os estudantes podem ser transformados em projetos pedagógicos.

Outros elementos importantes ainda são apresentados nesse Marco, como os dispositivos legais que regem o ensino fundamental e EJA, a carga horária e as áreas de conhecimento, mas que por se tratar de aspectos mais gerais e de ampla divulgação nacional, optamos por não detalhar, tendo em vista os limites deste trabalho.

Por último, o Marco Conceitual faz considerações sobre a avaliação do processo ensino aprendizagem: “A avaliação da aprendizagem orienta-se por processo diagnosticador, mediador e emancipador, devendo ser realizada de forma contínua e cumulativa com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período [...]” (Projeto Político-Pedagógico da Escola, 2016, p. 44 – versão preliminar).

Dessa forma, o Marco Conceitual, tomado em seus variados aspectos políticos-filosóficos, caminha na perspectiva apresentada por Vasconcelos (2012) a respeito do Marco Filosófico ou Doutrinal quando o indica como uma realidade a ser construída, a utopia que guiará as ações, embora precise aprofundar suas concepções de ser humano, educação e sociedade para que possa nortear as escolhas pedagógicas de seus profissionais.

Assim, partimos para a apresentação do terceiro marco apresentado pela Escola em estudo, em seu Projeto Político-Pedagógico. Trata-se do Marco Operacional. O referido marco consiste, basicamente, em apresentar o plano de ações estratégicas pedagógicas a partir das seguintes orientações: assegurar autonomia e gestão democrática; formação continuada dos educadores; referencial de uma educação de qualidade por meio da participação de todos e o contato com as áreas de cultura, lazer e saúde.

Desse modo, algumas ações já estão elencadas, como: realização de oficinas para todos os alunos sobre materiais recicláveis; realização de aulas de campo para trabalhar diversos conteúdos como pontos turísticos e históricos; disseminação de atividades artístico-culturais; desenvolvimento de atividades que busquem a preservação ambiental.

Nota-se que o Marco Operacional que está na perspectiva de Dalmás (1994) no plano das ações a serem concretizadas, está sendo contemplado, mas carece de maior aprofundamento, o que é possível que ocorra com a continuidade do processo de elaboração.

Diante do exposto, resta-nos averiguar se, na prática, o PPP é, de fato, instrumento norteador das ações dos educadores.

3.3 Projeto Político-Pedagógico: a perspectiva dos docentes

Esta etapa do presente trabalho tem como objetivo verificar o nível de conhecimento dos professores sobre o Projeto Político-Pedagógico da escola e em que medida tal documento norteia o cotidiano do trabalho pedagógico escolar. Dessa forma, pedimos a colaboração dos professores da Escola Municipal em estudo no sentido de responderem a um questionário, que nos permitiria atingir o objetivo traçado. O pedido de colaboração foi realizado e alguns docentes se disponibilizaram a receber o questionário. Contudo, esgotado o nosso prazo de aguardo, apenas seis professores, de fato, contribuíram.

No entanto, mesmo que o quantitativo de respostas seja considerado pequeno, trouxeram importantes elementos para a nossa apreciação e podem fornecer indícios e constatações a respeito do objeto pesquisado. Assim, passamos a partir de agora a apresentar o resultado da pesquisa.

Inicialmente, perguntamos aos docentes se eles haviam participado da sistematização do PPP anterior, como esse processo havia ocorrido e quais os participantes. Dos seis professores respondentes, apenas um afirmou que participou do processo de construção do PPP anterior, os outros justificaram que não faziam parte do quadro de funcionários da escola na época. O professor esclareceu que o processo de construção do antigo PPP se deu por meio da paralisação das aulas em dias, não consecutivos, e que contou com a participação de toda a comunidade escolar, incluindo pais e alunos. Dessa forma, podemos depreender que, ao menos no âmbito da participação, o PPP que antes vigorava na referida escola, atendia a este critério defendido por todos os pesquisadores da temática.

Perguntamos também se há diferença no trabalho de construção do novo Projeto e quem está participando desse processo. Como mencionado anteriormente cinco participantes não tiveram a experiência, na escola, da construção do Projeto anterior, por isso, a única resposta para essas questões foi realizada pelo Professor 1⁴: “[...] e estou participando do novo PPP. É

⁴ Em atendimento as normas de sigilo que regem os trabalhos acadêmicos, passamos a identificar os participantes da pesquisa por números, indo do 1 ao 6 (total de participantes).

muito diferente, pois todos os que fazem a escola não está participando.” (Professor 1). O professor denuncia o estranhamento, já constatado por nós em seção anterior, da não participação de membros da comunidade, como pais e alunos. No entanto, devemos ressaltar que se trata de um processo ainda em construção e que pode ser modificado nos próximos encontros.

Uma vez constatada como ocorre a participação no novo PPP da Escola, questionamos os professores quanto a suas respectivas opiniões a respeito da importância de construção do Projeto Político-Pedagógico. A seguir, as respostas obtidas:

O PPP é a peça que norteia o trabalho pedagógico da escola em seus vários níveis e modalidades, onde irá apresentar metas, objetivos e caminhos possíveis para atingir resultados positivos. (Professor 1)

De suma importância, pois nele reúne propostas a serem executadas durante o ano letivo, permitindo a organização de atividades e ações educativas necessárias para o ensino e aprendizagem. (Professor 2)

Grandioso, valioso, priorizando valores e princípios para uma educação de qualidade. (Professor 4)

É muito importante porque temos a oportunidade de incluirmos nele a realidade da nossa escola. (Professor 5)

É peça fundamental no planejamento das instituições de ensino em seus vários níveis e modalidades. (Professor 6)

Todos os participantes concordam com a importância da construção do PPP, mas suas justificativas apontam diferentes prioridades, como a consideração da realidade escolar, apontada pelo Professor 5; o papel crucial como instrumento de planejamento, segundo o Professor 6; o estabelecimento de valores e princípios em prol de uma educação de qualidade, conforme o Professor 4; e ainda a definição de ações para o período letivo como pontua o Professor 2. Contudo, é o Professor 1 que o reconhece como um instrumento norteador do trabalho pedagógico e direcionado para melhorar os resultados.

Diante dessa afirmação, perguntamos aos docentes se eles já haviam utilizado o PPP da escola com o intuito de nortear as suas práticas, pedindo, também, que citassem exemplos dessa utilização. A maioria dos colaboradores respondeu negativamente. Apenas dois dos participantes responderam que já utilizaram o Projeto. O Professor 5 afirma que faz a utilização do PPP em sua prática quando: “[...] dá importância as atividades diferenciadas de acordo com o ritmo de cada um e etc.” (Professor 5). Nesse depoimento observamos práticas pedagógicas coerentes com a diversidade e com a heterogeneidade características das salas de aula das nossas escolas públicas, o que precisa ser considerado durante a elaboração do PPP, pois,

conforme Vasconcelos (2012), o conhecimento da realidade se constitui em importante tarefa durante a construção do Projeto. Já o professor 1 faz uma denúncia que revela uma grande problemática. O Professor 1 afirma, se referindo ao PPP da escola em estudo “[...] já precisei, mas não encontraram. Foi para fazer o trabalho de conclusão de curso de educação especial (plano de ação).”

É importante destacar que, mesmo afirmando que o PPP norteia sua prática pedagógica, o Professor relata que já necessitou consultá-lo, mas este não foi encontrado ou não estava acessível. Dessa forma, parece-nos que o PPP da referida escola está mais propenso a ser um cumprimento burocrático, como destaca Veiga (1995), que um instrumento norteador da prática pedagógica. Assim, diante das respostas obtidas, podemos já afirmar que tanto o PPP ainda não se consolidou como norteador do trabalho escolar quanto não é considerável o nível de conhecimento que os docentes possuem sobre este. Todavia, convém ressaltar, novamente, que há um novo processo de revisão do PPP ainda em andamento e que está em seus primeiros passos, podendo novos caminhos serem trilhados no decorrer desta construção.

Uma vez analisadas as primeiras questões sobre a efetiva participação dos docentes na primeira versão do PPP da Escola, passamos a abordar outras temáticas importantes e relacionadas a construção do PPP para proporcionar uma melhor compreensão da realidade investigada.

Nesse sentido, interrogamos em que medida a integração, a democracia, o comunitarismo e a participação estão presentes no cotidiano escolar desses professores. Um dos docentes optou por não responder, mas os demais fizeram as seguintes considerações:

Quando o Conselho escolar *era* ativo, sabemos que o Conselho escolar se trabalhado correto é uma das práticas mais democráticas. (Professor 1. Grifo nosso).

Participação da família, o apoio da comunidade na elaboração e execução de trabalhos. (Professor 2; Professor 4)

Estão sempre presentes. (Professor 3)

Na medida do possível costumo incluir no meu cotidiano escolar esses itens, embora nem sempre é possível, pois acho que precisaria não só do professor, mas de outros profissionais. (Professor 5)

Tais relatos apontam as dificuldades de lidar, no cotidiano pedagógico, com a integração, a democracia, o comunitarismo e a participação, partindo da forma pouco detalhada com que responderam a essa questão, sendo que o único indício concreto de utilização é captado na fala do Professor 1 ao mencionar o Conselho escolar, embora tenha se referido a este no passado, conforme grifamos. Dessa maneira, tendo em vista o quantitativo que

participou da pesquisa, não podemos afirmar que tais práticas são inexistentes na Escola, mas que precisam ser mais discutidas.

Na tentativa de mergulhar ainda mais na temática, perguntamos aos professores como ocorre a participação dos pais no cotidiano da escola. Nesse quesito, fica clara a insatisfação dos docentes com esta participação, pois, de maneira geral, apontaram que ocorre apenas por meio de reuniões com entrega de boletins, durante a realização de eventos, no início das aulas (quando provavelmente deixam os filhos na escola) ou quando são solicitados. Destacam que a frequência dos pais na escola está abaixo do desejado por eles.

Sobre o assunto, Paro (2007, p.51) destaca que é importante que a escola envolva os pais em seu conteúdo. Para o autor:

Isso, embora pareça, não é um aspecto meramente administrativo – apesar de ser, de fato, administrativo, dado o caráter mediador da administração escolar para a realização do pedagógico -, pois tem a ver com o papel educador da própria escola. Trata-se da convicção de que a escola, para cumprir seu papel educador, precisa da aceitação dos pais. Além disso, seu papel educador se estende para os pais das crianças, que são também cidadãos, passíveis de se beneficiar da ação escolar.

Na defesa de Paro (2007), podemos depreender a correlação entre educação e democracia, no sentido de que esta (a democracia) pode se fortalecer em atitudes simples do cotidiano escolar, mas que corroboram para a aprendizagem de processos qualitativos que extrapolam os ambientes educacionais. Pais educados para a participação escolar podem desenvolver formas mais efetivas de participação também na sociedade.

Pedimos ainda que explicassem como o planejamento é feito a partir da realidade do aluno, solicitando comentários sobre a importância desse movimento. O professor 1 relatou que se dá por meio de “atividade diagnóstica, período de trinta dias, em seguida adaptação dos conteúdos programáticos”. O referido professor nada comentou sobre a importância, mas deixa claro em sua fala que há um período específico para tais considerações e que estas promovem adequações, mas não explicita essa atividade como algo contínuo. Já o Professor 2 afirma que ocorre “a partir da sondagem, rodas de conversas por ser uma ferramenta fundamental na organização profissional, pois o professor tem necessidades de conhecer e compreender a realidade para que consiga obter êxitos positivos”. Nesse caso, o professor ressalta a compreensão da realidade como elemento primordial para os bons resultados escolares, mas ao apontar que isso ocorre por meio de sondagem e rodas de conversa, sem especificar de que maneira, possibilita a percepção de que esse conhecimento pode estar apenas no plano da superficialidade, pois conforme Dalmás (1994), o conhecimento da realidade deve envolver os

aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, entre outros. Nessa mesma direção, encontramos o relato do Professor 3: “após uma sondagem, levantamento de dados. Para melhorar a aprendizagem de cada um, trabalhando de acordo com suas necessidades”. O Professor 6 declara que “semanalmente ou quinze dias”, referindo-se a como ocorre o planejamento a partir da realidade dos alunos, sendo que, para ele (Professor 6), a importância se dá em “avanços da aprendizagem dos alunos e quais as dificuldades que se encontram”

Sobre este item percebemos que também são frágeis as práticas que visam embasar os docentes quanto ao conhecimento da realidade de seus alunos e que tal fragilidade deve repercutir no cotidiano escolar em ações descoladas das reais necessidades estudantis e, portanto, da comunidade. Porém, os limites deste trabalho não nos permitem o aprofundamento da questão, mas reforçamos a necessidade de se construir um PPP concatenado com a realidade local.

Dessa maneira, perguntamos de que forma ocorre a capacitação docente e se tal aspecto está sendo contemplado na feitura do novo PPP, pois compreendemos que se trata de elemento da mais alta relevância no âmbito da educação. O relato do Professor 1 nos dá uma ideia do que ocorre na realidade: “não com muita frequência, muito se fala, mas não acontece, não do 4º ao 5º (anos), do 1º ao 3º sim, o pacto”⁵. (Professor 1). Na mesma perspectiva, segue o relato do Professor 2: “[...] não como deveria ser. Infelizmente deixa a desejar nesse aspecto de formação continuada que é muito válido para a nossa prática em sala de aula”. O professor 3 é mais claro e declara: “não tenho conhecimento”. Um contraponto é fornecido pelo Professor 5 ao afirmar que “[...] ocorre todos os anos no início das aulas com a semana pedagógica, onde assistimos palestras com temas importantes e está sendo contemplado no PPP”.

As atividades formativas ocorridas nas semanas pedagógicas são práticas comuns nas instituições escolares, mas são suficientes? Atendem as demandas dos nossos docentes? Proporcionam o aprofundamento necessário nas temáticas ou promovem a articulação teoria-prática? Esses são alguns questionamentos que nós devemos fazer enquanto membros das comunidades educacionais e cidadãos que devem exigir uma educação coerente com as exigências da contemporaneidade. Embora não haja possibilidade de aprofundarmos o debate, é preciso defender uma formação continuada ao longo do ano letivo e não apenas em eventos esporádicos, como a semana pedagógica, pois compreendemos que a docência é uma profissão que exige constante formação, sendo o momento de construção do PPP uma oportunidade para

⁵ O pacto a que o professor se refere diz respeito ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) firmado entre as diversas esferas governamentais e que promovem uma formação continuada aos docentes do 1º ao 3º ano do ensino fundamental.

a realização de atividades formativas. No entanto, parece que não é o que ocorre na escola pesquisada, mesmo o docente 5 afirmando que está sendo contemplada; já vimos anteriormente que esta ação é pontual, se restringindo à semana pedagógica. Outrossim, os demais docentes revelarem a insatisfação sobre o aspecto da formação continuada. O único relato de formação diz respeito a uma atividade a nível nacional (Pacto).

Assim, concluímos a apresentação dos dados revelados por meio da aplicação do questionário com a certeza de que muito ainda precisa ser discutido e avaliado para que o processo de construção do PPP na Escola Municipal Professora Maria Odila atenda às perspectivas de um projeto que venha, de fato, a nortear o trabalho pedagógico na referida escola.

4 CONCLUSÕES

Diante da exposição realizada em seções anteriores é preciso destacar, principalmente, que o Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Professora Maria Odila não está concluído, ao contrário, realizamos esta investigação ainda no período de sua construção, o que nos impõe cautela, mas também a expectativa de colaborar com o processo.

Dessa forma, ressaltamos que durante a análise do material já produzido, como versão preliminar, observamos que o referido PPP está estruturado em três partes, sendo elas: Marco Situacional; Marco Conceitual e Marco Operacional o que, segundo Vasconcelos (2012), refere-se somente ao Marco Referencial, consolidando um equívoco comum do ponto de vista do autor e que limita o trabalho. Tal constatação não quer dizer que a escola está seguindo uma estrutura teórica equivocada, mas apenas diferente do arcabouço teórico defendido pelo autor. Com isso, estamos somente chamando a atenção para a necessidade de se discutir, também, com os participantes do processo, a orientação teórica a ser utilizada durante a elaboração do documento.

Outro dado bastante relevante para o nosso estudo diz respeito a constatação de que nem todos os segmentos da comunidade escolar estão participando da construção do PPP. Ao não contarem com a participação de pais e de estudantes durante as primeiras reuniões, limita-se a visão utilizada na elaboração, pois o professor, diretor ou outro funcionário colabora a partir de suas próprias percepções, mas que requerem uma complementação. Além disso, como podem colaborar para a implementação e avaliação se não tiveram a oportunidade de debaterem sobre os diversos elementos que constituem o Projeto?

É evidente que tal condição requer um redirecionamento, pois a participação de todos é fundamental na perspectiva de um PPP efetivamente democrático.

Da mesma forma, os dados apresentados, principalmente por meio dos questionários dos professores revelam a necessidade de se investir em maiores e melhores discussões sobre elementos básicos que constituem o PPP, tais como práticas democráticas, desenvolvimento de projetos, planejamento, avaliação (não abordada neste trabalho), além de propostas que visem a consolidação de espaços participativos e de construção coletiva.

Portanto, compreendemos que o PPP em elaboração da Escola em estudo não se constitui em elemento norteador da prática pedagógica e que os docentes da escola, ao menos os que participaram da pesquisa, não possuem um conhecimento aprofundado deste.

Trata-se, dessa maneira, de aproveitar o processo ainda em construção para redirecionar algumas de suas estratégias, possibilitando, em tempo, que o que não foi contemplado possa ser ainda realizado.

É importante ainda frisar que os limites deste trabalho não nos permitiram acompanhar o desfecho desse processo, o que deve ocorrer posteriormente, mas nos possibilitam compreender que, tanto há um longo caminho a ser percorrido, quanto reconhecemos a importância do que já foi conquistado.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Keila Cristina. Projeto político-pedagógico: análise do referencial teórico produzido após o período de 1990. **Dissertação (Mestrado)**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, PR: UNIOESTE, 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. Presidência da República. **Lei n. 9.304, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 1996. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 13 dez. 2023.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ESCOLA MUNICIPAL DE ANGICOS. Projeto Político-Pedagógico (Versão preliminar). Angicos/RN: Secretaria Municipal de Educação, 2016.

GADOTTI, Moacir. Projeto Político-Pedagógico da escola cidadã. In: **Salto para o futuro: construindo uma escola cidadã, projeto político-pedagógico**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília/DF: Ministério da Educação/SEED, 1998.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades – município de Angicos.

Disponível em

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=240080&search=rio-grande-do-norte|angicos|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso em 13 dez. 2023.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo/SP: Cortez, 2012. - (Coleção Docência em Formação – Saberes Pedagógicos).

MINAYO, Maria Cecília e Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo/SP: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, Maria Marly. Como fazer pesquisa qualitativa. RJ: Vozes, 2016.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo/SP: Cortez, 2007.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 23. ed. São Paulo/SP: Libertad Editora, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? In: **Cadernos Cedes**. Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/cH67BM9yWB8tPfXjVz6cKSH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 dez. 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico**: uma construção possível. 5^a. ed. Campinas/SP: Papirus, 1995. – (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).